

INTELECTUALIDADES NEGRAS: PÓS-GRADUAÇÃO E PROCESSOS COLETIVOS DE RESISTÊNCIAS

Black intellectuals: postgraduate studies and collective resistance processes

Intelectuales negros: estudios de posgrado y procesos de resistencia colectiva

SUZANA CAVALHEIRO DE JESUS¹
ORCID: 0000-0002-5218-9816

ANDRESA CRISTINA XAVIER DE SOUZA²
ORCID: 0009-0005-6579-239X

LUCIANO PEREIRA DOS SANTOS³
ORCID: 0000-0003-4452-6613

RESUMO

O objetivo deste artigo foi apresentar as discussões emergentes de um grupo focal realizado com mestras e egressas do Programa de Pós-Graduação em Ensino (PPGE) da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), Campus Bagé. Este primeiro grupo focal é um recorte de três grupos que compuseram o corpus de análise de uma dissertação que investigou os impactos do PPGE no desenvolvimento das intelectualidades negras que têm o programa como ponto comum de suas trajetórias, bem como o impacto dessas intelectualidades negras no próprio programa. O referencial teórico está ancorado nos estudos decoloniais e nos saberes construídos nos movimentos negros. A análise, a partir do enlace entre os temas emergentes dos grupos, o referencial teórico e o objetivo da pesquisa, evidencia que as intelectualidades negras construíram discussões e reflexões que propiciaram um refinamento coletivo da criticidade. A participação majoritária de mulheres negras indica a potência do feminismo negro, bem como o comprometimento das participantes com o coletivo, pois, como é possível observar nas discussões provenientes deste grupo, há na coletividade fatores que influenciam a permanência e a conclusão da Pós-Graduação.

Palavras-chave: Ensino; Intelectualidades negras; Colonialidade; Cisgeneridade.

ABSTRACT

The aim of this article was to present the emerging discussions of a focus group conducted with graduates and former students of the Graduate Program in Teaching (PPGE) at the Federal University of Pampa (UNIPAMPA), Bagé Campus. This first focus group is a subset of three groups that composed the corpus of analysis of a dissertation that investigated the impacts of the PPGE on the development of Black intellectualities that have the program as a common point in their trajectories, as well as the impact of these Black intellectualities on the program itself. The theoretical framework is grounded in decolonial studies and in the knowledge produced within Black movements. The analysis, based on the connection between the themes emerging from the groups, the theoretical framework and the research objective, shows that Black intellectualities fostered discussions and reflections that enabled a collective refinement of critical

¹ Doutora em Antropologia Social, pela Universidade Federal de Santa Catarina. Professora Adjunta da Universidade Federal do Pampa, no curso de Educação do Campo – Licenciatura (Campus Dom Pedrito) e no Programa de Pós-Graduação em Ensino (Campus Bagé). Líder do grupo de pesquisa Tuna: Gênero, Educação e Diferença. Pesquisadora no Programa de Investigação Pós-Doutoral em Ciências Sociais, Infâncias e Juventudes – CLAC-SO/RedINJU. E-mail: suzanajesus@unipampa.edu.br

² Licenciada em Letras Línguas Adicionais e mestranda em Ensino (UNIPAMPA). Organizações coletivas: Núcleo de Estudos Afro Brasileiro e Indígenas (NEABI) Oliveira Silveira; TUNA: Gênero, Educação e Diferença e Grupo de estudo Etnosônicas. E-mail: andreasouza.auno@unipampa.edu.br

³ Pós-doutor em Ciência Política (UFRGS); Mestre e Doutor em Educação (UFPel); Sociólogo e Cientista Político (FESPSP); Pedagogo e Especialista em Políticas Públicas Educacionais (Intervale). Grupos de pesquisa: Processos Participativos na Gestão Pública (UFRGS); DGNERUS (UFPel). Pesquisador bolsista MJSP- Senappen/ Fiocruz. Co-editor da Revista DGnerus; Conselheiro editorial da RBEP – Revista Brasileira de Execução Penal. E-mail: proflucianopereiraluciano@gmail.com

thinking. The majority participation of Black women indicates the strength of Black feminism, as well as the participants' commitment to the collective, since, as can be observed in the discussions arising from this group, there are collective factors that influence the continuity and completion of graduate studies.

Keywords: Teaching; Black Intellectuals; Decoloniality; Cisgenderity.

RESUMEN

El objetivo de este artículo fue presentar las discusiones emergentes de un grupo focal realizado con maestras y egresadas del Programa de Posgrado en Enseñanza (PPGE) de la Universidad Federal de Pampa (UNIPAMPA), Campus Bagé. Este primer grupo focal es un recorte de tres grupos que compusieron el corpus de análisis de una tesis que investigó los impactos del PPGE en el desarrollo de las intelectualidades negras que tienen el programa como punto común en sus trayectorias, así como el impacto de estas intelectualidades negras en el propio programa. El marco teórico está basado en los estudios decoloniales y en los saberes construidos en los movimientos negros. El análisis, a partir del enlace entre los temas emergentes de los grupos, el marco teórico y el objetivo de la investigación, evidencia que las intelectualidades negras construyeron discusiones y reflexiones que propiciaron un refinamiento colectivo de la criticidad. La participación mayoritaria de mujeres negras indica la potencia del feminismo negro, así como el compromiso de las participantes con lo colectivo, ya que, como se observa en las discusiones provenientes de este grupo, existen en la colectividad factores que influyen en la permanencia y finalización del posgrado.

Palabras clave: Enseñanza; Intelectuales negros; Colonialidad; Cisgénero.

1. INTRODUÇÃO

Este artigo é um recorte de uma pesquisa realizada a partir do Programa de Pós-Graduação em Ensino (PPGE) da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), Campus Bagé, e tem como objetivo apresentar o desenvolvimento de um grupo focal intitulado “Conhecer e reconhecer”, cujo pressuposto foi confluir as experiências de pessoas negras com o PPGE como ponto comum de suas trajetórias (mestradas ou mestrás), com vistas a analisar essas experiências a partir de uma perspectiva decolonial. A participação majoritária de mulheres negras indica o comprometimento das participantes com o coletivo, pois, como é possível observar nas discussões provenientes deste grupo, a coletividade exerce papéis fundamentais na permanência e conclusão da pós-graduação.

O recorte racial neste contexto se justifica porque Bagé é uma cidade cujas bases de expansão e ocupação na fronteira estão vinculadas ao passado escravocrata do Brasil, além de conflitos envolvendo os povos originários que ocupavam a região antes da colonização. Em seu início, a história da cidade está atrelada ao acampamento militar São Sebastião de Bagé (1811), e dados da pesquisa de Matheus (2016) indicam que, em 1846, um ano antes da municipalização da cidade, a população era de aproximadamente 4.000 pessoas, sendo 30% composta por pessoas escravizadas. Isso evidencia que, desde o início, pessoas negras estiveram presentes em solo bageense; porém, de acordo com Silva (2018), há um apagamento histórico envolvendo a escravidão na história da cidade, bem como a importância da população negra em seu desenvolvimento.

Essa breve contextualização histórica é necessária para compreender como, em Bagé, houve e há diversos mecanismos de resistência da população negra, uma vez que “[...] foi dentro da comunidade escravizada que se desenvolveram formas político-culturais de resistência que hoje nos permitem continuar uma luta plurissecular de libertação” (Gonzalez, 2020, p. 134). Para citar alguns exemplos de resistências que emergiram ao longo do desenvolvimento da pesquisa, destacam-se os quilombos, as casas de religiões afro-brasileiras, a capoeira e o carnaval como espaços de transmissão de saberes ancestrais; a imprensa negra no pós-abolição, que “[...] também foi responsável por dar novos significados à liberdade e forjar intelectuais que debatiam sobre as problemáticas do pós-abolição” (Silva, 2018, p. 83); além das universidades, compreendidas por Godoi e Santos (2021) como espaços de disputas e, a partir dos resultados desta pesquisa, como espaço estratégico a ser ocupado.

Além das discussões provenientes dos recortes raciais, a partir da interseccionalidade compreendida como “[...] uma articulação teórica, conceitual, mas também metodológica e política” (Ornelas, 2019, p. 84), aproximações do transfeminismo possibilitaram desenvolver uma abordagem dialógica para pensar a cisgenderidade como categoria de análise.

[...] a categoria analítica da cisgeneridade vai exatamente demarcar que a diferenciação sexual binária é utilizada como critério de fixação de identidades sexuais nos corpos. Além disso, a cisgeneridade impõe a consequente produção de uma hierarquia social que considera abjeto todo aquele corpo que fugir a tal normatividade. Por isso, a crítica ao cisgenero como modelo único é tão importante, pois ela retira da naturalidade a materialidade dos corpos, propondo, de outra maneira, pensar que esses processos de materialização trazem as marcas práticas discursivas. (Nascimento, 2021, p. 121)

Para Carneiro (2005), a universidade é um momento de confronto no campo do conhecimento, pois a autoridade e a intelectualidade nesse espaço são fortemente marcadas pela branquidade. Nesse sentido, pensar em intelectualidades negras em relação ao PPGE demanda pautar as colonialidades. Cabe destacar que a Universidade Federal do Pampa surge em um projeto de expansão e interiorização do ensino superior público na primeira década dos anos 2000. Instala-se em uma região fronteiriça à Argentina e ao Uruguai, na larga faixa que compreende a fronteira oeste e sul do Rio Grande do Sul, em dez municípios que compõem a Campanha Gaúcha e a Costa Doce, região de concentração de terras e de renda, com a economia alicerçada no setor produtivo do agronegócio.

Tomamos como base o Campus Bagé, que acolhe o Programa de Pós-Graduação em Ensino, mas as relações históricas e estruturais que configuram o cotidiano das intelectualidades negras na Unipampa como um todo não se diferenciam de forma significativa entre as unidades acadêmicas — diagnóstico que é possível experimentar a cada Fórum de NEABIs que a instituição promove e que reúne os Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas de cada campus.

Isso posto, interessa-nos colocar em diálogo, neste texto, a ideia de colonialidade, o espaço universitário e os demais espaços formativos das intelectualidades negras. Desejamos problematizar os desafios que o caráter afirmativo posto na discussão sobre a ampliação dos níveis de estudos para a população negra encontra no sul do Brasil. Para isso, estruturamos o artigo a partir dos seguintes pontos: iniciamos com reflexões sobre universidade, colonialidades e intelectualidades; explicitamos o percurso metodológico da investigação; apresentamos uma discussão sobre *conhecer e reconhecer*, pautada nas narrativas que as pessoas negras (majoritariamente mulheres) trouxeram sobre suas experiências no Programa; e, por fim, as considerações finais sobre esse caminho percorrido.

2. DIÁLOGO ENTRE UNIVERSIDADE, COLONIALIDADES E INTELLECTUALIDADES

Para tratar das universidades, considerando o contexto desta investigação, importa registrar iniciativas como o programa Expandir (2023) e o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI (2007), ambos com o objetivo de ampliar o acesso ao ensino superior e reduzir as desigualdades regionais. É a partir dessas ações que a UNIPAMPA foi fundada em 2008, com a característica de instituição multicampi, totalizando 10 campi ao longo da fronteira Sul do Brasil. Destaca-se o Campus Bagé, onde as atividades do PPGE são desenvolvidas desde 2017 e têm contribuído ativamente para a formação de profissionais da educação na cidade. É valioso salientar que o PPGE é marcado por pluralidades nas áreas de formação, tanto dos docentes quanto dos discentes, fato que confere ao programa a característica de espaço multidimensional. Contudo, como parte de uma instituição forjada numa sociedade na modernidade/colonialidade, na qual saberes e produções de pessoas socialmente desprestigiadas são invisibilizados, é igualmente necessário pensar as colonialidades neste contexto, pois, como registra Kilomba (2019), “[...] a academia não é um espaço neutro nem tampouco simplesmente um espaço de conhecimento e sabedoria, de ciência e erudição, é também um espaço de violência” (p. 51).

A concepção de colonialidades instiga a reflexão sobre como a colonização também ocorreu e ocorre nas mentes, por meio de carregos que ainda são reproduzidos no espaço da universidade. “[...] a dimensão da colonialidade reflete o quanto são adoecidas as nossas mentalidades, o quão blindados são os nossos esquemas de saber, o quão regulados são os nossos corpos, tornando-nos impedidos cognitivamente de nos desvencilhar dessa trama” (Junior, 2017, pp. 64-65). Uma das materialidades da colonialidade nas universidades é o epistemicídio, que Carneiro (2005) generosamente ensina não ser referente “apenas” ao apagamento e desqualificação dos povos subjugados durante a colonização, mas persiste e segue produzindo indigência cultural “[...] pela negação ao acesso à educação [...] pela produção da inferiorização intelectual” (p. 97), dentre outros.

Em contrapartida, a concepção de intelectualidade negra utilizada neste estudo é compreendida não apenas a partir dos títulos adquiridos numa perspectiva de intelectualidade aproximada da lógica burguesa meritocrata, mas também como reflexo das percepções das hierarquias sociais excludentes e das resistências coletivas, que analisam e transformam a realidade. Como registra Oliveira (2024), pessoas comprometidas

com fatores sociais, detentoras de conhecimentos tradicionais e protagonistas de seus engajamentos também são intelectuais. Desta forma, há uma aproximação com o pensamento de hooks (1995), que defende haver diferenças entre qualificação acadêmica e ser intelectual; nessa perspectiva, o trabalho intelectual está atrelado à política do cotidiano.

Essa ideia insere na discussão outros espaços de desenvolvimento das intelectualidades negras que compartilham conhecimentos implicados, resistem e pressionam por transformações, considerando os cargos modernos que constroem e mantêm as colonialidades, que ainda resistem em reconhecer sujeitos negros como intelectuais. Assim, é tarefa das pessoas negras intelectuais apropriar-se dos conhecimentos que hierarquizam e excluem, a fim de compreender e questionar “[...] objetivando romper com os conhecimentos produzidos para massacrar, desumanizar, empobrecer, embranquecer, entre outras atrocidades” (Oliveira, 2014, p. 88).

3. METODOLOGIA

A investigação desenvolvida, que resultou neste recorte, possibilitou analisar algumas experiências e impactos a partir da relação entre o PPGE e as intelectualidades negras que têm ou tiveram o programa como ponto comum de suas trajetórias. Para esse fim, utilizamos uma abordagem qualitativa, a partir da qual existem diversas formas de desenvolver a pesquisa. Segundo Chizzotti (2003), a pluralidade de métodos incluídos na pesquisa qualitativa, como os grupos focais e a observação participante – para citar exemplos utilizados no desenvolvimento desta investigação – resulta em “[...] formas textuais originais” (p. 222). Ainda, Flick (2009) defende que, nos estudos qualitativos, atitudes, sentimentos e impressões tornam-se dados e fazem parte da interpretação.

Dessa forma, dentre os instrumentos utilizados para compor a averiguação, destacam-se a observação participante e o diário de campo. A observação, nesse sentido, é compreendida como uma forma de perceber o que acontece ao redor, e a participação é uma prática de correspondência (Ingold, 2016). Os registros no diário de campo são concebidos como reflexos da empiria, que podem ser “[...] eventos, acontecimentos, palavras, textos, cheiros, sabores, tudo que nos afeta os sentidos –, é o material que analisamos e que, para nós, não são apenas dados coletados, mas questionamentos, fonte de renovação” (Peirano, 2014, p. 380). O campo da pesquisa abarcou todo o processo formativo, envolvendo seminários, ateliês, aulas e reuniões durante o período de discência no PPGE (2023-2025).

Além do exposto anteriormente, a autoetnografia auxiliou no desenvolvimento da pesquisa e pode ser compreendida como “[...] uma possibilidade de incorporar minha voz e realizar uma leitura atenta de vozes múltiplas” (Simakawa, 2015, p. 28). A autora também evidencia a potência da autoetnografia para a elaboração de críticas decoloniais, pois pode trazer para o centro da construção da narrativa vozes de grupos dissidentes. Para ampliar as vozes neste trabalho, um formulário no Google intitulado *Identificação das referências* foi o primeiro contato com outras estudantes ou egressas do PPGE dispostas a participar do desenvolvimento da pesquisa. O formulário buscava informações como nome, idade, autoidentificação como negra(o) (pretos e pardos), ano de ingresso no programa, pseudônimo a ser utilizado na pesquisa, local de origem e local de residência atual, profissão, vínculos com movimentos sociais e/ou associações comunitárias, gênero e orientação sexual.

É importante registrar que a única pergunta de múltipla escolha referia-se ao ano de ingresso, enquanto as demais demandavam respostas curtas. A tabela a seguir apresenta os resultados das pessoas dispostas a participar do desenvolvimento da pesquisa e, seguindo as orientações do Código de Ética da Associação Brasileira de Antropologia (ABA), foi organizada preservando o direito à confidencialidade das interlocutoras. Foi também respeitado, ao longo de todo o estudo, o direito de recusa ou desistência da participação a qualquer momento por parte das participantes, conforme regem as normas de pesquisa com seres humanos dispostas na Resolução 196/96 (BRASIL, 1996).

Tabela 1 – Relação das informações a partir do formulário “Identificação das referências”

Pseudônimos	Ano de ingresso no PPGE unipampa	Idade	Vínculo com movimentos sociais e/ou vínculos comunitários
Alicia	2021	42	Comunidade Surda
Cilene	2022	44	Sem vínculos efetivo
Gana	2023	43	Sem vínculos efetivo
Gérbera	2021	47	Sem vínculos efetivo
Guiné	2022	40	Sem vínculos efetivo
Imani	2023	38	Sem vínculos efetivo
Isabela	2023	35	Sem vínculos efetivo
Okin	2017	56	Movimento quilombista, educadores negros, dentre outros
Oxum	2021	38	MST, MPA, CIMI e Pastoral da Juventude
Ravena	2023	26	Rede Nacional de Mulheres Negras no Combate à Violência
Ryana	2022	23	Grupos de pesquisa
Zâmbia	2021	26	Associação de deficientes físicos e associação de deficientes visuais, NEABI e pastoral da juventude

Fonte: Elaborado pela autoria a partir dos dados do formulário (2025)

Na sequência, após ter encontrado outras discentes ou egressas do PPGE dispostas a dialogar, foram realizados três grupos focais. Barbour (2009) evidencia que os grupos focais, embora sejam ferramentas para coleta de dados, também podem desempenhar um papel de intervenção. Cada grupo durou cerca de uma hora e 30 minutos, levou aproximadamente oito horas para ser transcrito, e todos ocorreram aos sábados, devido às agendas e à disponibilidade das participantes.

Utilizando as transcrições como material de análise, sete temas foram destacados, considerando as ocorrências nos grupos focais. Ao final deste processo, emergiram os seguintes temas: 1. PPGE; 2. Pesquisa em desenvolvimento; 3. Importância do coletivo; 4. Ancestralidade; 5. Maternidades Negras; 6. Subjetividade/Performance; e 7. Intellectualidades Negras. Estabelecer relações entre os temas, a partir das partilhas ocorridas nos grupos, do referencial teórico e do objetivo da pesquisa, constituiu o início do processo de análise.

Os temas supracitados são resultados do processo de análise dos três grupos focais, porém o recorte para esta escrita estará restrito ao primeiro grupo focal, cujo convite foi enviado no dia 22 de maio de 2024 e ocorreu em 1º de junho de 2024. As discussões e relações estabelecidas a partir do primeiro grupo focal são apresentadas a seguir.

4. CONHECER E RECONHECER

O pontapé inicial deste grupo foi a proposição de partilha sobre como o PPGE influencia nossas trajetórias: “[...] o convite para este primeiro momento é que a gente possa fazer uma apresentação e falar sobre as nossas experiências dentro do PPGE” (pessoa pesquisadora). A partir disso, as falas generosas contaram histórias entrelaçadas aos movimentos sociais e às graduações das participantes.

Oxum relata que a aproximação com os movimentos sociais a fez repensar e compreender as violências sofridas durante a graduação, em um contexto no qual ela era a única mulher negra no curso de engenharia: “[...] e quando tu tira uma nota alta, ele [professor] chama atenção de outros alunos porque era absurdo eu ter tirado essa nota mais alta sendo mulher e uma mulher negra. Sem pudor” (Oxum). Além disso, Isabela compartilha que, quando passou na universidade federal, sua mãe orgulhosa a presenteou com um notebook: “[...] e eu lembro de chegar na aula toda entusiasmada e um professor perguntar pra mim de quem eu tinha pegado” (Isabela).

Imani, outra participante, relata que, em 2007, ao cursar o segundo semestre da licenciatura em Matemática, fez parte de um processo de seleção para trabalhar no laboratório de informática, ficando em primeiro lugar e assumindo a posição como bolsista: “[...] quando eu comecei a trabalhar no laboratório de informática [...] os meninos da engenharia iam lá pra ver quem é que tinha passado no lugar deles, né? [...] além de mulher do curso de matemática, negra. Quando eles chegavam lá e me viam, meu Deus, que horror” (Imani). Essas violências sofridas durante as graduações foram responsáveis por afastar as três participantes da universidade, como fica evidente no trecho que segue:

E aí eu não tinha coragem de retornar pra UNIPAMPA, que foi um período que não foi tão legal pra mim, principalmente porque eu tava ali muitas vezes disputando as melhores notas com as colegas e ainda tinha aqueles professores que queriam saber o por que, como, sabe? Então eram coisas que parecia que a gente tinha que tá se provando a todo momento, né? Então entrar pro PPGE era uma coisa que eu queria muito e não tinha coragem de tentar. (Isabela [pseudônimo], relato pessoal, 2025)

A partir do excerto, é possível observar uma sensação de não pertencimento decorrente das violências sofridas durante a graduação, fator que influencia a possibilidade de participar do processo de seleção do mestrado. Para ampliar a discussão, ao realizar uma análise inicial da colonialidade e da decolonialidade, Maldonado-Torres (2019) registra que a colonização envolveu, além de uma catástrofe demográfica, uma catástrofe metafísica: “[...] da estrutura Eu-Outro de subjetividade e sociabilidade” (Maldonado-Torres, 2019, p. 37), fator que influenciou a emergência das diferenças entre os seres. A colonização, nesse sentido, ocorre nos territórios e também nas mentes, terreno fértil para a reprodução das colonialidades.

Seguindo essa linha de pensamento, consideram-se como fundamentais da modernidade/colonialidade as dimensões de ser, conhecimento (saber) e poder, pois constituem uma visão de mundo. Para cada dimensão, identificam-se pelo menos três componentes: Saber – sujeito, objeto, método; Ser – tempo, espaço, subjetividade; e Poder – estrutura, cultura, sujeito. São comuns a todos os componentes o sujeito e a subjetividade (Maldonado-Torres, 2019, p. 42).

Nas situações relatadas de violência, considerando a dimensão do ser (tempo, espaço e subjetividade), estão implicadas leituras sociais de corpos negros limitadas ao imaginário racista. A surpresa está impregnada de uma lógica eurocêntrica que não reconhece sujeitos negros como possíveis produtores de conhecimento e, com isso, ocasiona o afastamento de pessoas negras, principalmente mulheres, dos lugares de intelectuais, como evidenciado nos casos relatados. Assim, diferentes contextos de salas de aula em uma mesma instituição exemplificam as relações entre as colonialidades de poder, evidentes na figura do professor e de colegas discentes; da colonialidade do saber, uma vez que o cenário das ocorrências é a universidade, validada como produtora de ciência, mas também como produtora e reprodutora de uma lógica de objetividade e método que muitas vezes tenta afastar a influência do sujeito no conhecimento ou desconsiderar a subjetividade nos espaços de sala de aula; e da colonialidade do ser, manifestada nas participantes envolvidas nas situações, expondo diferentes relações de poder entre docentes e discentes, que são inexoravelmente reproduzidas entre os próprios discentes.

No que se refere à colonialidade do ser, também se evidenciam relações de poder associadas ao marcador de identidade de gênero, uma vez que, nas situações relatadas, mulheres cis negras – Oxum, Isabela e Imani – foram questionadas por homens cis. Destaca-se, nesse contexto, a relação entre branquitude e cisgeneridade, pois ambas as ideias evidenciam lugares sociais não marcados e permitem “[...] tomar consciência da vigência de um sistema colonial de gênero” (Simakawa, 2015, p. 42), ampliando a percepção da hierarquização sistêmica e interseccional das produções de diversidades. Assim, nos casos relatados, observa-se não apenas uma concepção de inferioridade racial, mas também sexista.

Com relação à colonialidade do poder (estrutura, cultura, sujeito), como discentes, Isabela, Imani e Oxum estavam hierarquicamente em desvantagem em relação aos docentes e aos demais colegas brancos, que são posicionados no lugar de humanidade, conforme lembra o dispositivo de racialidade (Carneiro, 2005). Nesse sentido, quanto mais distante da branquira social, maior o desprestígio hierárquico, o que impacta a colonialidade do ser (tempo, espaço e subjetividade), cujas identidades e atividades são produzidas e

desenvolvidas a partir das experiências vividas: “[...] colonialidade do ser envolve a introdução da lógica colonial nas concepções e na experiência de tempo e espaço, bem como na subjetividade” (Maldonado-Torres, 2019, p. 43).

É importante considerar também o sujeito corporificado, pois as violências relatadas expõem colonialidades a partir do sujeito que se ocupa em ensinar e produzir conhecimentos científicos. Assim, nos casos narrados, há um lugar de poder na docência e, simultaneamente, uma evidente carga subjetiva na produção objetiva de “verdades” em disputa na academia. Vale lembrar que, mesmo com a desvalorização econômica e social da profissão docente na atualidade brasileira, há na docência uma legitimação da fala qualificada.

Na sequência do encontro, a fala de Cilene deu o tom para debatermos as ações afirmativas:

[...] as pessoas são obrigadas a aceitar ações afirmativas, são obrigadas a aceitar os negros, pretos e pretas, pardos dentro deste espaço em função das cotas. Eu me senti muito bem dentro da minha turma por ter muitos, eu achei que ia ser eu mais um ou mais dois, e mesmo assim éramos cinco. Mas eu sempre falo, dentro dum lugar onde a maioria se considera pretos e pardos, num país na verdade, ainda somos poucos. É sobre isso que eu vim falando [...] a minha trajetória no MAE foi muito boa assim, sabe? Pessoas que conheci, trabalhos que eu vi. Eu gostei e não gostaria de sair deste meio da academia. (Cilene [pseudônimo], relato pessoal, 2025)

O levantamento feito por Bernardino-Costa, Borges, Ferreira e Carlos (2021) constatou que em 2021 havia 1.200 PPGs, oriundos de 33 universidades federais que adotaram ações afirmativas por força de seus Conselhos Superiores, correspondendo a 48,13% do total das universidades federais. Na Unipampa, as ações afirmativas para a pós-graduação apoiam-se nas experiências da graduação e são regidas pela Resolução 295 de 30 de novembro de 2020, do CONSUNI (Conselho Universitário). No cenário brasileiro, temos a Lei 12.711/12⁴ como um marco importante que traz, para o cenário da legislação educacional, práticas que historicamente foram desenvolvidas por autonomia universitária. A lei trata da reserva de vagas nos processos seletivos de instituições federais de ensino superior e ensino médio técnico para estudantes pretos, pardos, indígenas, quilombolas e pessoas com deficiência, além de estudantes de baixa renda, tendo como ponto de partida comum o fato de terem cursado integralmente o ensino básico em escolas públicas (Brasil, 2012).

Nesse caso, as reservas de vagas “[...] se tratam de modalidade de uma política pública mais ampla que se chama Ações Afirmativas” (Gasparotto; Nunes; Manke; Altmann, 2016, p. 18-19). Além disso, de acordo com Mattos (2019), as ações afirmativas direcionam ações para dirimir hierarquias sociais e têm a finalidade de igualar as oportunidades e condições, além de ter um papel fundamental para o reconhecimento social e representação política. Como disposto no artigo sétimo da lei em questão, uma avaliação foi feita no ano de 2022 e resultou no relatório intitulado “Dez anos da lei federal das cotas universitárias: Avaliação de seus efeitos e propostas para sua renovação e aperfeiçoamento”, elaborado por Marciano Seabra de Godoi e Maria Angélica dos Santos.

Dentre as mudanças registradas neste documento, estão o aumento de 15% de estudantes oriundos de escolas públicas nas universidades federais. No que concerne a estudantes pretos, pardos e indígenas, esse aumento foi de 39%. Esses dados comprovam a coerência da afirmação de Mattos (2019) de que as ações afirmativas influenciam a reconfiguração da sociedade brasileira. Além disso, o estudo faz referência às fraudes nas cotas e defende o uso da autodeclaração combinada com as bancas de heteroidentificação, de modo que “[...] fraudar esse sistema montado para romper com a lógica opressora é também uma forma de deslegitimar qualquer estratégia emancipatória para a população negra” (Godoi; Santos, 2021, p. 24). No documento, as autorias também versam e defendem a importância das cotas na pós-graduação: “[...] ser negra ou negro e ser, ao mesmo tempo, intelectual significa situar-se num lugar fronteiro, pois os que fazem parte do grupo subalterno não são naturalizados como seres pensantes e produtores de saberes, de conhecimento científico” (Godoi; Santos, 2021, p. 25).

Ainda sobre as ações afirmativas, a partir da avaliação realizada em 2022, em 13 de novembro de 2023 foi sancionada a Lei nº 14.723, que altera o texto da Lei nº 12.711/2012. Entre as principais mudanças, destacam-se: a redução do critério de renda para acesso por baixa renda, de 1,5 salário mínimo para 1 salário mínimo *per capita*; a inclusão de quilombolas como possíveis beneficiários das reservas de vagas; e a possibilidade de candidatos que se enquadrem nas reservas de vagas concorrerem também à ampla concorrência, utilizando, se necessário, as vagas reservadas. Além disso, a Lei nº 14.723/2023 determina que a prioridade para concessão de bolsas e auxílios deve ser destinada às pessoas que ingressam por meio das ações afirmativas e

4 Texto da lei disponível na íntegra em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/12711.html

que se encontrem em situação de vulnerabilidade. Por fim, a lei indica a inserção das cotas na pós-graduação *stricto sensu*.

Essa legislação prevê que a proporção da reserva de vagas deve ser “[...] no mínimo igual à proporção respectiva de pretos, pardos, indígenas e quilombolas e de pessoas com deficiência na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo do IBGE” (Brasil, 2023). Dados do censo de 2022 do IBGE indicam que a população do Rio Grande do Sul é de 10.882.965 pessoas, das quais 78,4% se autodeclararam brancas, 14,7% pardas, 6,5% pretas e 0,3% indígenas. No que se refere a Bagé, a população é de aproximadamente 117.938 pessoas, sendo 70,3% autodeclaradas brancas, 18,5% pardas, 11% pretas e 0,08% indígenas⁵. Se projetarmos a aplicação das alterações promovidas pela Lei 14.723/2023, a reserva mínima de vagas deverá ser de 21,66% no Estado do Rio Grande do Sul e de 29,75% em Bagé.

Na Unipampa, os editais de pós-graduação têm sido elaborados com base nos dispositivos da Lei 12.711/2012, seguindo os princípios da autonomia universitária. Contudo, a porcentagem de vagas ofertadas não respeita integralmente os critérios estabelecidos na legislação, configurando um formato de reserva de vagas que se soma a uma política já existente na instituição destinada a servidores Técnicos-Administrativos em Educação. A normativa interna que regula esses processos é a Resolução 295, do Conselho Universitário, de 30 de novembro de 2020, que define as normas para os Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu*. Ao tratar dos processos seletivos, o documento estabelece:

Art. 44. A cada processo de seleção de novos discentes dos programas de pós-graduação, será realizada a reserva de 10% (dez por cento) de vagas para técnico-administrativos em educação (TAE) da UNIPAMPA, nos termos estabelecidos no Programa de Incentivo à Capacitação e Qualificação dos Servidores Técnico-administrativos em Educação.

§ 1º Na hipótese de quantitativo fracionado para o número de vagas reservadas a candidatos técnico-administrativos, esse será aumentado para o primeiro número inteiro subsequente, em caso de fração igual ou maior que 0,5 (zero vírgula cinco), ou diminuído para o número inteiro imediatamente inferior, em caso de fração menor que 0,5 (zero vírgula cinco).

§ 2º Nos programas cuja oferta de vagas anual for menor que 05 (cinco), o programa ofertará 01 (uma) vaga específica para técnico-administrativo a cada 02 (dois) anos.

§ 3º A reserva de vagas para candidatos técnico-administrativos constará expressamente nos editais dos programas.

§ 4º Os candidatos técnico-administrativos concorrerão concomitantemente às vagas reservadas e às vagas destinadas à ampla concorrência, de acordo com a sua classificação na seleção.

§ 5º Os candidatos técnico-administrativos aprovados dentro do número de vagas oferecidas para ampla concorrência não serão computados para efeito do preenchimento das vagas reservadas.

§ 6º Em caso de desistência de candidato técnico-administrativo aprovado em vaga reservada, a vaga será preenchida pelo candidato técnico-administrativo posteriormente classificado.

§ 7º Na hipótese de não haver número de candidatos técnico-administrativos aprovados suficientes para ocupar as vagas reservadas, as vagas remanescentes serão revertidas para a ampla concorrência e serão preenchidas pelos demais candidatos aprovados, observada a ordem de classificação.

§ 8º A aprovação e a classificação do servidor concorrente observarão os requisitos do Regimento do Curso e do edital de seleção.

Art. 45. A cada processo de seleção de novos discentes dos programas de pós-graduação, será realizada a reserva mínima de 10% (dez por cento) das vagas para negros (pretos e pardos), indígenas e pessoas com deficiência.

§ 1º Na hipótese de quantitativo fracionado para o número de vagas reservadas a candidatos negros (pretos e pardos), indígenas e pessoas com deficiência, esse será aumentado para o primeiro número inteiro subsequente, em caso de fração igual ou maior que 0,5 (zero vírgula cinco), ou diminuído para o número inteiro imediatamente inferior, em caso de fração menor que 0,5 (zero vírgula cinco).

§ 2º Nos programas cuja oferta de vagas anual for menor que 10 (dez), o programa ofertará 01 (uma) vaga específica para reserva a cada 02 (dois) anos.

§ 3º A aprovação e a classificação do candidato à reserva de vagas obedecerão aos critérios de inscrição e de aprovação no processo seletivo, de acordo com as normas vigentes e o edital do qual participam.

⁵ Censo de 2022 na íntegra disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/>

§ 4º Os candidatos inscritos na reserva de vagas para negros (pretos e pardos), indígenas ou pessoas com deficiência concorrerão concomitantemente às vagas reservadas e às vagas destinadas à ampla concorrência, de acordo com a sua classificação na seleção.

§ 5º Os candidatos inscritos na reserva de vagas para negros (pretos e pardos), indígenas ou pessoas com deficiência aprovados dentro do número de vagas oferecidas para ampla concorrência não serão computados para efeito do preenchimento das vagas reservadas.

§ 6º Em caso de desistência de candidato inscrito na reserva de vagas para negros (pretos e pardos), indígenas ou pessoas com deficiência aprovado em vaga reservada, a vaga será preenchida pelo candidato inscrito na reserva de vagas para negros (pretos e pardos), indígenas ou pessoas com deficiência posteriormente classificado.

§ 7º Na hipótese de não haver número de candidatos inscritos na reserva de vagas para negros (pretos e pardos), indígenas ou pessoas com deficiência aprovados suficientes para ocupar as vagas reservadas, as vagas remanescentes serão revertidas para a ampla concorrência e serão preenchidas pelos demais candidatos aprovados, observada a ordem de classificação. (UNIPAMPA, 2020)

Essa configuração é apresentada no edital de ingresso de 2024 do Programa de Pós-Graduação em Ensino da seguinte forma:

6.1. Serão disponibilizadas 30 (trinta) vagas para ingresso discente do Curso stricto sensu de Mestrado Acadêmico em Ensino no 1º (primeiro) semestre de 2024, distribuídas a seguir, de acordo com a Resolução nº 295, de 30 de novembro de 2020, alterada pela Resolução nº 315 de 29 de abril de 2021 e, considerando a Resolução nº 136, de 22 de março de 2016, ambas do CONSUNI/UNIPAMPA: a) 24 (vinte e quatro) vagas para ampla concorrência (universais); b) 03 (três) vagas reservadas a candidatos técnico-administrativos em educação da UNIPAMPA; c) 03 (três) vagas reservadas a candidatos negros (pretos e pardos), indígenas e pessoas com deficiência (UNIPAMPA, 2023)

Com o intuito de traçar um panorama da reserva de vagas no PPGE, a tabela abaixo apresenta a relação de editais compreendendo os anos de 2017 até a seleção de 2024, referente aos discentes que iniciaram as atividades no primeiro semestre de 2025.

TABELA I - Relação de reserva de vagas nos processos seletivos do programa de pós-graduação em ensino (2017-2024)

TABELA I - Relação de reserva de vagas nos processos seletivos do programa de pós-graduação em ensino (2017-2024)							
Nº do edital	Ano/semestre de início no programa	Saldo de vagas	Ampla concorrência	Reserva TAE	% de reserva TAE	Reserva a partir da Lei 12.711/12	% de reserva a partir da Lei 12.711/12
152/2017	2017.2	25	22	3	12	0	0
192/2018	2018.2	20	15	2	10	3	15
178/2019	2019.2	24	19	2	8,33	3	12,5
380/2020	2021.1	34	26	4	11,76	4	11,76
359/2021	2022.1	26	20	3	11,53	3	11,53
365/2022	2023.1	33	27	3	9,09	3	9,09
408/2023	2024.1	30	24	3	10	3	10
435/2024	2025.1	44	36	4	9,09	4	9,09

Fonte: Elaborada pela autoria a partir de dados constantes nos editais do PPGE de 2017 a 2024 (2024).

A partir da tabela, é possível perceber que, em 2017, não houve reserva de vagas para o público-alvo da Lei 12.711/2012. Além disso, entre 2018 e 2021, a porcentagem de vagas destinadas a pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência esteve acima do mínimo de 10% estipulado pela Resolução nº 295, de 2020, do Conselho Universitário da Unipampa. Em 2022 e 2024, o percentual de reserva ficou abaixo do mínimo indicado na resolução, enquanto em 2023 a reserva atingiu o mínimo estabelecido.

[...] a gente precisa garantir um ambiente saudável pra essas pessoas [...] Por que é muito fácil daqui a 10 anos fazer um evento e dizer: Aí, essas daqui foram as primeiras pesquisadoras negras, isso e aquilo, aquilo e outro, dar florzinha e plaquinha. Mas não contar todos os processos de violências que a gente passou pra construir isso (Oxum).

A partir da fala de Oxum, a tokenização é pautada, compreendida aqui como “[...] um método estratégico de contra-argumentação utilizado para refutar acusações de práticas discriminatórias” (Godói; Santos, 2021, p. 27). Nesse sentido, trata-se de uma prática que usufrui de pessoas negras e de pesquisas sobre temas sociais para posicionar o programa como preocupado com transformações sociais, mesmo quando não se atentam às dificuldades enfrentadas pelos sujeitos (negros, indígenas, quilombolas ou pessoas com deficiência) ao longo do programa. A partir disso, emergiu neste grupo focal a necessidade de vigilância para que pesquisas sobre negritude e outros recortes sociais não se tornem panfletárias: “[...] olha como nós temos pesquisas sobre ações afirmativas, sobre negritude, sobre educação das relações étnico-raciais, sobre interseccionalidade, surdez e negritude” (Arandu).

Nas falas subsequentes, estabeleceram-se relações entre a permanência no programa, a disponibilidade de bolsas e os fatores estressantes da pós-graduação, destacando-se, neste último ponto, as demandas por publicações e a quantidade significativa de leituras, apontadas por Silvia; Marsico (2022) como as principais causas de ansiedade. Nesse sentido, Leão; Ianni; Goto (2019) registram que uma perspectiva individualista do sofrimento psíquico na pós-graduação pode impedir a percepção da complexidade dos fenômenos, atentando para situações que são coletivamente individualizadas: “[...] a gente tem fragilidades e a gente precisa ser acolhida e isso não acontece [...] Poderia ter sido mais gentil? Poderia!” (Lizzie).

A partir dessa discussão, Imani e Angola, em suas contribuições, levaram o grupo a abordar o autoconhecimento implicado no processo de pesquisa: “[...] eu não posso ficar me julgando. Eu tô fazendo alguma coisa, não tô fazendo nada, eu tô lendo, a minha família tá bem, então eu tô fazendo alguma coisa” (Imani); “[...] eu apliquei um questionário e interpretei esses dados, foi também um processo doloroso porque pude conhecer as dificuldades que esses alunos enfrentavam, foi bem complicado” (Angola). A partir desses excertos, é possível observar distintas relações entre as participantes e os afetos no processo de pesquisa, atravessando acolhimento, desenvolvimento da escrita e análise, como fica evidente na fala de Angola.

Em termos de permanência, o coletivo foi recorrente nas falas das participantes: “[...] no sentido acadêmico, o mestrado me ensinou o poder de uma resiliência que nem eu sabia que tinha” (Ryana); “[...] eu tive muita ajuda dos colegas da minha turma e das turmas anteriores também, então aí foi ficando mais fácil” (Angola). Ao final dessa discussão, Imani destacou a relação com a ancestralidade, presente também nas falas de Lizzie e Oxum: “[...] eu acho que esses encontros que a vida dá, essas aproximações que nos trazem têm muito da nossa ancestralidade, que nos coloca nos lugares certos, com as pessoas adequadas para a gente evoluir” (Lizzie); “[...] a nossa forma de pensar é diferente da branquitude. Nós pensamos muito ligados ao território e ao corpo, às experiências emocionais e às experiências ancestrais, mesmo que às vezes a gente não tenha consciência disso” (Oxum).

De acordo com Bernardo (2018), a ancestralidade pode ser compreendida como uma categoria de trans-alteridade, por possuir “[...] uma natureza fenomenológica sociocultural, enfatizando a quebra de primazia da razão como definidora de verdades” (Bernardo, 2018, p. 231), ao passo que referencia os conhecimentos deixados pelos mais velhos e antepassados, dos quais extraímos ensinamentos. Nessa leitura, o corpo é escritura em construção a partir do contato com os outros; além disso, a morte ganha outras simbologias, aproximando-se de um estágio de mutação da vida.

Foi a partir das relações com a ancestralidade que iniciaram as partilhas sobre as maternidades negras, uma vez que essas figuras maternas evocam relações entre passado e presente e/ou presente e futuro. Em outras palavras, nesse encontro foram compartilhadas memórias sobre as mães e mulheres negras mais velhas, antecessoras das participantes do grupo, e sobre a maternidade desempenhada pelas próprias presentes. Por exemplo, Isabela conta a história de sua mãe, que começou a trabalhar como doméstica aos oito anos e, mais velha, conseguiu concluir um curso e trabalhar como funcionária pública, impactando diretamente as possibilidades de Isabela, que seguiu compartilhando como sentiu a necessidade de ocupar espaços que não haviam sido ocupados por sua mãe. Ao mesmo tempo, é evidente os impactos na vida de sua filha, conforme relatado no excerto que segue:

[...] eu sempre digo pra [filha] que tem 16 anos, é sobre representatividade, a gente precisa estar em alguns lugares, a gente precisa ter umas fotos nossas estampadas em algumas paredes pra que ela [outras mulheres negras] se sintam encorajadas a chegar e ir além. (Isabela [pseudônimo], relato pessoal, 2025)

A partir da ocupação desse espaço e da coletivização, fica evidente o comprometimento com a continuidade das pesquisas e dos debates, mesmo após a conclusão das atividades do programa: “[...] eu vou continuar pesquisando, vou continuar trabalhando e próxima ao PPGE, por causa dessa responsabilidade” (Oxum). A responsabilidade expressa na fala de Oxum estabelece uma relação com a compreensão de intelectualidade adotada nesta pesquisa, que, em suas palavras, “[...] nós somos intelectuais e que a intelectualidade pode ser diferente do que a gente viu a vida toda [...] e a gente constrói intelectualidade dentro de uma cidade que invisibiliza o pensamento negro. Isso é revolucionário, isso é história” (Oxum).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando nosso objetivo para este artigo, que foi apresentar as discussões do grupo focal *Confeccer e Reconfeccer*, a partir das colonialidades evidenciadas nos excertos de falas que explicitam disputas existentes na universidade, é possível afirmar que o coletivo de mulheres negras formado a partir dos grupos focais constituiu um espaço seguro para ressignificar o lugar ocupado no programa, além de auxiliar no reconhecimento das contribuições individuais para a construção das intelectualidades negras, como fica evidente na fala: “[...] nós somos intelectuais e que a intelectualidade pode ser diferente do que a gente viu a vida toda [...] e a gente constrói intelectualidade dentro de uma cidade que invisibiliza o pensamento negro” (Oxum).

A partir dos relatos que apontam o funcionamento do dispositivo de racialidade (Carneiro, 2005), seja nos ambientes de trabalho ou nas salas de aula que as sujeitas ocupam ou ocuparam, importa discutir a qualificação e a legitimação das falas. Essa legitimação é atravessada pelo dispositivo de racialidade, uma vez que, ao expor seus conhecimentos, pessoas negras são constantemente descredibilizadas, ao passo que sujeitos com marcadores de prestígio e privilégio, como a branquitude e a cisgeneridade, têm seus discursos validados. Essa validação ocorre mesmo quando suas concepções e conhecimentos carregam estereótipos depreciativos, evidenciando uma carga subjetiva presente nas narrativas desses espaços acadêmicos, reconhecidos como produtores de verdades.

Ainda, a partir da discussão sobre ações afirmativas, é possível perceber o comprometimento coletivo voltado a mudanças no PPGE para as futuras gerações de intelectuais negras que acessarem o mestrado. Na discussão sobre *tokenização*, fica evidente a necessidade de (re)existir e criar mecanismos de vigília para que pesquisas sobre negritude, gênero e outros marcadores de diferença não sejam tratadas de forma superficial ou meramente formal, sobretudo diante da ausência de mecanismos para expor e enfrentar as violências sofridas pelas participantes desta pesquisa. Por fim, é possível afirmar que há, nas intelectualidades que participaram desse grupo e em suas experiências, uma relação com a ancestralidade que permeia não apenas as experiências e construções da intelectualidade das mulheres negras participantes, mas também das futuras gerações (filhas, sobrinhos, entre outros), evidenciando o caráter transgeracional dessas relações.

Considerando as relações com o epistemicídio, podemos afirmar que as bancas de qualificação e defesa têm sido pensadas pelas sujeitas negras que participaram da pesquisa como momentos estratégicos de diálogo com saberes produzidos por intelectuais negros e teóricos dissidentes, muitas vezes invisibilizados nas bibliografias do programa. Esse movimento visa pluralidade em sua constituição, de modo que outros diálogos possam ser acessados e validados como ciência.

No que tange às ações afirmativas e às reservas de vagas restritas aos discentes, observa-se que essas medidas não garantem pluralidade de representação e participação entre os docentes do programa. Nesse sentido, uma alternativa são as cotas epistêmicas (Carvalho, 2019), que ampliam as possibilidades de diálogos nas pesquisas elaboradas no PPGE. Essa proposta dialoga com estratégias de acesso e conclusão da pós-graduação, conforme consta na versão preliminar do PNPG, em especial na seção 1.2.3, que versa sobre a inclusão de ações para promover o “[...] acesso equitativo de grupos sub-representados no corpo docente atuando na pós-graduação, incentivando que os programas prevejam no seu planejamento estratégico o aumento do índice de diversidade do seu corpo docente” (PNPG, 2024, p. 94).

As considerações acima são importantes porque as instituições são feitas por pessoas. Nesse sentido, as intelectualidades negras que participaram deste grupo focal, ao acessarem e participarem do mestrado acadêmico em ensino, promovem quebras de ciclos. Essas quebras podem ser pensadas também a partir das relações familiares; entretanto, no contexto do PPGE, vale registrar que os movimentos realizados pelas intelectualidades negras para transformar este espaço geram deslocamentos e provocam reflexões antes invisibilizadas, ocasionando incômodos, mas também avanços significativos.

REFERÊNCIAS

ARAUJO, Daniel Teixeira da Costa. O cânone literário em perspectiva: o caráter político em detrimento do estético. *Via Litterae*, Anápolis, v. 3, n. 2, p. 415-434, jul./dez. 2011.

BERNARDINO-COSTA, Joaze; BORGES, Antonádia; FERREIRA, Maria Aparecida Chagas; CARLOS, Gabriella da Conceição e. Radiografia das políticas de ação afirmativa na pós-graduação das universidades federais. *Dados: Revista de Ciências Sociais*, v. 67, p. 1-48, 2024.

BRASIL. Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio [...]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm. Acesso em: 10 out. 2024.

BRASIL. Lei nº 14.723, de 13 de novembro de 2023. Altera a Lei nº 12.711 [...]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/117723.htm. Acesso em: 10 out. 2024.

CAPES; MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO; GOVERNO FEDERAL. Versão preliminar do Plano Nacional de Pós-Graduação 2024-2028. 2023. Disponível em: <https://intranet.capes.gov.br/noticias/10132-capes-abre-consulta-publica-para-plano-nacional-de-pos-graduacao>. Acesso em: 29 out. 2024.

CARNEIRO, Sueli. A construção do outro como não-ser como fundamento do ser. 2005. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005. Disponível em: <https://negrasoulblog.files.wordpress.com/2016/04/a-construcao-do-outro-como-nao-ser-como-fundamento-do-ser-sueli-carneiro-tese1.pdf>. Acesso em: 31 maio 2023.

CARVALHO, José Jorge. Encontro de saberes e descolonização: para uma refundação étnica, racial e epistêmica das universidades brasileiras. In: COSTA, Joaze Bernardino; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSFUGUEL, Ramón (org.). *Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

CHIZZOTTI, Antonio. A pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais: evolução e desafios. *Revista Portuguesa de Educação*, v. 16, n. 2, 2003. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/374/37416210.pdf>. Acesso em: 16 out. 2023.

FLICK, Uwe. *Introdução à pesquisa qualitativa*. Porto Alegre: Armed, 2009.

GASPAROTTO, Alessandra; NUNES, Georgina Helena Lima; MANKE, Lisiane Sias; ALTMANN, Lori. Reflexões a partir do projeto “Cotas”: um diálogo afirmativo entre a universidade e a escola. In: NUNES, Georgina Helena Lima (org.). *Ações afirmativas nas instituições federais da Região Sul: o desafio da permanência, avaliação e acompanhamento*. Pelotas, 2016.

GODOI, Marciano Seabra de; SANTOS, Maria Angélica dos. Dez anos da lei federal das cotas universitárias: avaliação de seus efeitos e propostas para sua renovação e aperfeiçoamento. *RIL*, Brasília, a. 58, n. 229, p. 11-35, jan./mar. 2021. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/ril/edicoes/58/229/ril_v58_n229_p11.pdf. Acesso em: 19 set. 2024.

GOMES, Nilma Lino. *O movimento negro educador: saberes construídos na luta por emancipação*. Petrópolis: Vozes, 2018.

HOOKS, bell. Intelectuais negras. *Estudos Feministas*, 1995. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16465/15035>. Acesso em: 21 jan. 2025.

INGOLD, Tim. Chega de etnografia! A educação da atenção como propósito da antropologia. *Educação* (Porto Alegre), v. 39, 2016. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/view/21690/15179>. Acesso em: 12 out. 2023.

JUNIOR, Luiz Rufino Rodrigues. Exu e a pedagogia das encruzilhadas. 2017. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Disponível em: https://www.bdtd.uerj.br:8443/bitstream/1/10434/1/Tese_Luiz%20R%20Rodrigues%20Junior.pdf. Acesso em: 16 out. 2023.

MALDONADO-TORRES, Nelson. *Analítica da colonialidade e da decolonialidade: algumas dimensões básicas*. In: *Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico*. 2. ed., 1. reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

MATHEUS, Marcelo Santos. *A produção da diferença: escravidão e desigualdade social ao sul do Império brasileiro (Bagé, c. 1820-1870)*. 2016. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Disponível em: <http://objdig.ufrj.br/34/teses/847452.pdf>. Acesso em: 7 out. 2024.

NASCIMENTO, Leticia Carolina Pereira do. *Transfeminismo*. Feminismos Plurais. São Paulo: Jandaíra, 2021.

OLIVEIRA, Evaldo R. *Negro intelectual, intelectual negro ou negro-intelectual: considerações do processo de constituir-se negro-intelectual*. 2014. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/2340/5906.pdf>. Acesso em: 31 maio 2023.

RACHEL, Denise Pereira. *Escrever é uma maneira de sangrar: estilhaços, sombras, fardos e espasmos autoetnográficos de uma professora performer*. 2019. Tese (Doutorado em Artes) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. Acesso em: 15 out. 2023.

RUFINO, Luiz. *Pedagogia das encruzilhadas*. *YouTube*, 2019. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=gatikyv_2ml. Acesso em: 19 out. 2023.

SANTOS, Antonio Bispo dos. *A terra dá, a terra quer*. São Paulo: Ubu, 2023.

SANTOS, Luciano Pereira dos. *Contribuições de disciplinas de gênero e sexualidade [...] no enfrentamento da homofobia na escola*. 2016. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Pelotas. Disponível em: https://guaiaca.ufpel.edu.br/bitstream/handle/prefix/7866/Dissertacao_Luciano_Pereira_dos_Santos.pdf. Acesso em: 1 nov. 2024.

SILVA, Alan Souza Pereira; MARSICO, Giuseppina. *A cultura acadêmica do sofrimento: será que isso existe? Estudos de Psicologia*, Campinas, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/estpsi/a/LfpjhL4xxhhGbXJXvqWmCmQ/?format=pdf@lang=pt>. Acesso em: 10 nov. 2024.

SILVA, Rafael Rosa da. *Por uma etnografia em um território familiar: territórios negros em Bagé/RS*. *Reunião Brasileira de Antropologia*, 2020. Disponível em: <http://evento.abant.org.br/doc/trabalho.php?id=00003676>. Acesso em: 19 set. 2024.

SILVA, Tiago Rosa da. *Vivências e experiências associativas negras em Bagé-RS no pós-abolição [...]*. 2018. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pelotas. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/ppgh/files/2018/06/Tiago-Rosa-da-Silva.pdf>. Acesso em: 19 abr. 2024.

SIMAKAWA, Viviane Vergueiro. *Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes [...]*. 2015. Dissertação (Mestrado em Cultura e Sociedade) – Universidade Federal da Bahia. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/19685>. Acesso em: 20 jun. 2023.

UNIPAMPA. *Resolução nº 295, de 30 de novembro de 2020*. Estabelece as normas de pós-graduação stricto sensu da Unipampa. Bagé: Conselho Universitário, 2020.

Data de submissão: 09/04/2025

Data de aceite: 22/11/2025

Data de publicação: 15/12/2025